

O POVO TAMBÉM GOVERNA: UM ESTUDO DE CASO DO DISCURSO DE TOMADA DE POSSE DO EX-PRESIDENTE BRASILEIRO, LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

*Dayse Alfaia**

RESUMO

O objetivo principal deste artigo é verificar/abordar alguns elementos linguístico-discursivos em alguns excertos do discurso de tomada de posse (doravante DTP) do ex-presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva, no ano de 2003, mais conhecido como Lula. É preciso entendermos, a priori, que o Discurso Político é, em sua essência enunciativa, uma forma de argumentar (cf. ADAM 2011, p., 122) com o intuito de persuadir o interlocutor. Deve-se, ainda, perceber que há uma separação propriamente dita entre língua e discurso, como ressalta (SAUSSURE 2002, p. 95 in ADAM, 2011, p. 29). O discurso, na realidade, demonstra uma coesão entre dois conceitos “revestidos de forma linguística” (ADAM, 2011, p. 30). Entendermos como se aplica a formação discursiva, num DTP, por exemplo, consiste em descortinarmos o que está nas entrelinhas, ou simplesmente o que, de forma estratégica, o ex-presidente Lula, como enunciador político, procura elaborar, através da língua, alguma forma de persuadir o enunciatário a uma determinada ideia. Neste estudo de caso específico, abordar-se-á, portanto, algumas estratégias de persuasão ao nível da Língua e ao nível Discursivo, que nos darão a real noção de como um político constitui, em seu enunciado, alguns lexemas afetivos, a responsabilidade enunciativa (RE), a forma como a figura política constituirá o seu *ethos*, tendo em conta o *pathos* – já estudados na Retórica clássica – e, finalmente, determinados enunciados que serão revelados ao seu enunciatário como este tem o dever de governar, abstraindo do enunciador a responsabilidade Institucional do Estado. É, portanto, legítimo salientar que o enunciador político, através de uma forma implícita, revelar-nos-á que *o povo também governa*.

Palavras-chave: Discurso de tomada de posse, argumentação, *ethos*, *pathos* e responsabilidade enunciativa.

ABSTRACT

The main purpose of this article is to check / address some linguistic-discursive elements in some excerpts from the inaugural speech (hereinafter DTP) former Brazilian President Luís Inácio Lula da Silva, in 2003, mis known as Lula. We must understand, a priori, that the Political Speech is in its expository essence, a form of argument (see Adam, 2011, p., 122) in order to persuade the interlocutor. One must also realize that there is a separation itself between language and speech, as points (Saussure (2002, p. 95 in Adam, 2011, p. 29). The speech, in fact, demonstrates a cohesion between two concepts “coated linguistic form” (Adam, 2011, p. 30). understand how it applies to discursive formation, a DTP, for example, consists in uncover what’s between the lines, or simply that, strategically, the former Lula-president, as a politician enunciating, seeks to elaborate, through language, somehow persuade the enunciative a certain idea policy. in this specific case study, will be addressed, therefore, some persuasion strategies in terms of language and the Discourse level, which will give us a real sense of how a politician is in his statement, some affective lexemes, the enunciative responsibility (ER), the way the political figure constitute its *ethos*, taking into account the *pathos* – already studied in classical rhetoric – and, finally, certain statements which will be revealed to their enunciative like this has the duty to govern, leaving aside the enunciator Institutional responsibility of the State. It is therefore legitimate to point that the people also rules.

Keywords: Acceptance speech, argumentation, *ethos*, *pathos* and enunciative responsibility.

* Doutoranda em Linguística pela Universidade de Évora em Portugal (dayseletras2003@yahoo.com.br)

UMA BREVE REFERÊNCIA SOBRE A ARGUMENTAÇÃO

Inúmeros trabalhos de teóricos, voltados para o Discurso Político, vêm sendo desenvolvidos no campo da Linguística sobre este tema que envolve a interação verbal entre os falantes da Língua: a argumentação.

Seria relevante, aqui, referenciar alguns estudos sistematizados sobre a retórica argumentativa (também conhecida como teoria da argumentação persuasiva) de Aristóteles, que serviram de base para outros autores que viessem a se preocupar com o assunto. Por esta razão, vale ressaltar também os estudos da “Nova Retórica”, criados e sustentados teoricamente por dois autores do meio francófono, nomeadamente Perelman & Olbrechts-Tyteca [(1958) 2005].

Os autores abordam questões bastante densas sobre estudos relacionados à argumentação/persuasão, na obra intitulada *Tratado da argumentação: a nova retórica*¹, mas não podem ser considerados estudos de cariz linguístico propriamente, porque “os caminhos explorados” pelos autores apresentam a particularidade de se enraizarem num pensamento filosófico retomado de Aristóteles, embora desbravando novos rumos (cf. COELHO, 2005 – prefácio a edição brasileira). Isto significa dizer que os princípios teóricos sobre persuasão de Perelman & Olbrechts-Tyteca servirão de contributo para este artigo, na medida em que o DTP, futuramente analisado, é um texto² constituído por aquilo que de fato caracteriza o objetivo deste trabalho, que é o de elencar recursos verbais e discursivos com a intenção de persuadir o outro a uma determinada ideia, através do enunciado.

Sobretudo, seria importante apreendermos a noção de uma abordagem conceitual do que é argumentar. Também, como parte a se ressaltada, aqui, a TAL (Teoria da Argumentação na Língua), desenvolvida pelos teóricos Ascombe & Ducrot (1972), que possui uma estreita relação coma teoria da argumentação no discurso, deve-se à “intenção global que sobredetermina, ao nível local, as estruturas gramaticais e discursivas” (MARQUES 2007, p. 104). Ora, ao pensarmos num texto, com todos os seus elementos enunciativos não se poderia negligenciar a sua orientação persuasiva, na medida em que “todo enunciado possui um valor argumentativo” (ADAM 2011, p. 122).

O QUE SIGNIFICA ARGUMENTAR?

Ao citar alguns teóricos que desenvolvem atualmente estudos sobre a argumentação, não se pode descurar, portanto, de, ao menos, referenciá-los neste espaço de trabalho que tem como princípio teórico questões relativas ao ato de argumentar/persuadir. Segundo Marques (2007: 100), o próprio Discurso Político pressupõe um discurso argumentativo. Para a autora, esta questão valida o

¹ Esta obra foi publicada originalmente em francês com o título *Traté de l'argumentation: la nouvelle rhétorique*, na Bélgica em 1958, no mesmo ano em que Toulmin publica *The Uses of Argument*.

² Os termos *discurso* e *texto* serão utilizados com igual valor de significação, uma vez que o DTP, que será nosso objeto de análise, constitui-se, em sua dimensão linguística, um texto. É importante ressaltar que este será analisado somente no âmbito da escrita, ainda que pontualmente possa haver alguma tendência a verificar aspectos da oralidade.

fato de se “adotar uma perspectiva de análise linguística da argumentação” (...) inerente “à própria atividade verbal, ou como modo de organização do discurso, que justifica a classificação tipológica de discursos/ textos argumentativos”. Neste sentido, portanto, podemos encontrar num plano de texto uma espécie de ‘ação da linguagem’ que poderá pressupor, segundo Adam (2011) alguns planos da análise textual, nomeadamente as proposições enunciadas e períodos, as sequências e planos de texto, a representação discursiva, a enunciação como ação locutória construindo a responsabilidade enunciativa (RE), bem como o próprio ato do discurso que nos leva à ‘ação da linguagem’, pensada como estratégias de persuasão.

Em outras palavras, o texto é na sua dimensão uma forma de argumentar, levado pelo que o constitui como plano mais dominante, o gênero³, com o uso imprescindível da língua. Sem descurarmos, neste ponto de análise, do termo retórica argumentativa, Amossy & Pyerrot (2001) ressaltam que:

En efecto, la argumentación, contrariamente la demostración científica, interviene en los terrenos que non dependen de la comprobación, sino de la opinión. Es necesaria allí donde no puede manifestarse la certeza del cálculo, la necesidad de la evidencia. Sólo argumentamos sobre cuestiones abiertas a la contradicción y al debate (p. 106)

Sobre este excerto, pode-se perceber que um determinado receptor da mensagem (enunciatório), deverá entender o processo de comunicação entre aquele que enuncia, ainda que seja um simples enunciado, por esta razão “la argumentación, asociada a la deliberación, al debate o a la polémica, despliega un razonamiento sometido a normas de racionalidad cuya clave es lo plausible” (AMOSSY & PYERROT 2001, p. 107). Sendo assim, Aristóteles conjugava, na Antiguidade Clássica, a mesma opinião: a de que um emissor e receptor da mensagem⁴ se baseiam em opiniões comuns para que exista o processo argumentativo-persuasivo. O teórico Adam (2011, p. 122) resalta que “todo enunciado possui um valor argumentativo, mesmo uma simples descrição desprovida de conectores”, significando dizer que todo enunciado tem como fim, o ato de argumentar ou persuadir um interlocutor de alguma ideia. Sobretudo não poderia deixar de salientar que a base da argumentação parte de um saber coletivo, das condições de produção, bem como do valor situacional entre os interlocutores. É neste sentido que nos é permitido afirmar que, em análise do discurso francófona⁵ (base teórica deste artigo), “olhar um texto sob a perspectiva de sua estruturação ‘em língua’ (...), propõe “um estudo linguístico das condições de produção desse texto que possibilita considerá-lo um discurso” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2012, p. 1196). Portanto, argumentar é, em análise, o uso imprescindível da língua.

³ Sobre a complexidade do gênero, ver Coutinho (2003).

⁴ Cf. Aristóteles [(1991) (2005)], onde aborda, teoricamente, aspectos do discurso em sua obra *Retórica (Livro I, Livro II e Livro III)*.

⁵ A área de orientação teórica deste trabalho é pautada na Análise do Discurso, permeando diferentes teorias que possam coadunar com o propósito elementar da análise do DTP, como texto proposto para que possamos compreender as questões.

A IMAGEM DO ENUNCIADOR: UM *ETHOS* INTENCIONAL?

Considerada sob diferentes perspectivas teóricas, será evidenciado, aqui, primeiramente, a questão do *ethos* sob a visão aristotélica, fonte teórica essencial, neste trabalho. Em virtude do que fora mencionado, observemos como Charaudeau & Maingueneau (2012) definem o *ethos* numa relação com a retórica:

O *ethos* faz parte com o *logos* e o *pathos*, da trilogia aristotélica dos meios de prova (...) e trata-se, através dos estudos de Aristóteles, da imagem de si que o orador produz em seu discurso, e não de sua pessoa real, adquirindo, portanto, um duplo sentido: por um lado designa as virtudes morais que garantem a credibilidade do orador (...); por outro, um fator ligado às dimensões sociais desse orador que está relacionado à forma como ele tenta persuadir o interlocutor, em virtude do seu estatuto moral e também social (p. 220 – grifo meu).

Sob esta perspectiva da retórica, é importante considerarmos que a identidade social do locutor, num determinado discurso, é vista como uma questão chave para identificar a forma como ele se expõe a (os) Outro (s), mas, por outro lado, como um determinado interlocutor o vê nesta espécie de demonstração do EU. Maingueneau (2005) retomou e elaborou o *ethos* retórico, que, em Análise do Discurso, deverá ser considerado pelo autor como uma manifestação da posição social, mas também pelo que ele traduz na “voz” e no “corpo” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2012, p. 220). Já para Adam (2010), o *ethos* poderá se basear na construção de um exemplo factual (circunstancial) ou inventado, como modo de persuasão para se tentar explicar a verdade. Em virtude de todas estas questões, será pensado, aqui, como modo de reflexão teórica, o fato de se construir uma imagem de si através do que Charaudeau (2009) denominou de identidade social e identidade discursiva. Ora, se um determinado enunciador usar a língua para desenvolver seu discurso, com mecanismos circunstanciais ou até mesmo inventados, não poderá ser, o *ethos*, uma espécie de identidade programada com o intuito meramente intencional?

A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* EM FUNÇÃO DO *PATHOS*

Alguns autores, como Maingueneau (2005) e o próprio Adam (2010, 2011) têm ressaltado dentro de seus objetos de análise, atualmente, alguns elementos já tratados na Antiguidade Clássica, como é o caso do *ethos*, questão já mencionada no ponto anterior. Sob a perspectiva da Análise do Discurso, o *ethos* retórico foi retomado em estudos teóricos nos trabalhos de Maingueneau [(1991) (2005)⁶], que o apresenta como uma forma de o enunciador se revelar ao nível da ‘cena’ de enunciação (cf. Charaudeau & Maingueneau 2012, p. 221). É possível afirmar, portanto, que o autor em questão pressupõe um discurso programado, em função de uma determinada circunstância enunciativa. Em outras palavras o discurso só poderá ser construído, tendo em conta que “cada gênero de discurso⁷

⁶ Será trabalhada, aqui, a obra de Maingueneau (2005), nomeadamente Análise de textos e comunicação, estudos iniciados pelo autor, em 1991.

⁷ Neste artigo, ter-se-á em consideração a expressão ‘gênero de texto’, porque, *a priori*, aquilo que o interlocutor/crítico do discurso visualiza é a Língua em uso, sem descurarmos, é claro, das questões de macroanálise, nomeadamente as questões de produção, de situacionalidade, em função do gênero que os domina.

comporta como uma distribuição pré-estabelecida de papéis que determina em parte a imagem de si do locutor” (Charaudeau & Maingueneau 2012, p. 221).

Aristóteles ressalta, no âmbito da retórica, que o *ethos* é a imagem que o orador transpõe de si para o discurso, mas também salienta outro aspecto correlacionado – o *pathos* – que se refere, por sua vez, às emoções suscitadas pelo discurso junto ao auditório, concluindo que esses dois elementos do discurso só poderiam ser representados no âmbito da oralidade⁸ fazendo parte das três provas retóricas do argumento, com o objetivo de alcançar a persuasão.

Vale dizer, aqui, que não há dissociabilidade entre as duas provas de persuasão referidas – o *ethos* e o *pathos* –. Em outras palavras, a forma como se conduz um determinado discurso, está relacionada, necessariamente, à forma como ele é recebido. Sobre a construção do *ethos*, especialmente, na perspectiva de análise deste trabalho, será compreendida no âmbito do texto (levando em consideração os enunciados), mas também no âmbito contextual (situacional), uma vez que os aspectos sócio-político-culturais serão levados em consideração para que as intenções persuasivas do locutor político cujos enunciados sejam devidamente percebidos, no texto. Vejamos algumas noções teóricas a respeito da responsabilidade enunciativa, no próximo ponto de abordagem.

COMO RESPONSABILIZAR O OUTRO? UM MECANISMO DISCURSIVO

Segundo Adam (2010, p. 153), a noção de responsabilidade enunciativa (doravante RE) evidencia algumas controvérsias entre diferentes autores. Para Rabatel (2009), por exemplo, “aos enunciadores segundos, admite-se um determinado ponto de vista, mesmo que não tenham dito nada ou até mesmo se não estiverem na origem do enunciado”, já para Ducrot (1972), assumir uma responsabilidade enunciativa “é falar, é dizer”. Ao serem observadas essas linhas de pensamento, será preciso definirmos qual o momento ou em qual situação linguística, um determinado locutor responsabiliza o outro em detrimento de suas intenções ideológicas. Isto significa dizer que um enunciador poderá se respaldar na fala de outros para se beneficiar de alguma forma, num discurso.

O certo é que, num determinado enunciado, a forma como um locutor responsabiliza o outro nada mais é do que um modo de persuasão. Mas qual seria a origem do entendimento da persuasão, elemento de análise tão relevante para este trabalho? Vejamos o que diz Danblon (2001) a respeito desta questão tão antiga, baseada no pensamento dos Gorgias:

A visão de persuasão dos Gorgias levanta uma questão fundamental da retórica: a persuasão utiliza as emoções humanas para alcançar seus fins e a adesão de um auditório que não é necessariamente (...) uma indicação da legitimidade desses argumentos e também dos raciocínios que pressupõem o *logos* e que vão sendo apresentados ao longo do discurso pelo orador (cap. 2 – grifo meu).

⁸ Vale lembrar que o discurso que, aqui será analisado, em algum momento se desenvolve na oralidade. Isto porque um discurso de tomada de posse foi sobretudo escrito e transpôs-se para o âmbito oral.

Foi pertinente colocar aqui esta questão da persuasão para distingui-la do ato de convencer. Ao contrário deste, a persuasão implica diferentes processos do logos (produção do discurso) como a decodificação, a compreensão, a interpretação de um determinado discurso utilizado para se chegar ao interlocutor, a partir de um determinado ato de discurso. Afinal, “persuadimos (...) pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular” (ARISTÓTELES, 2005 p. 1356a).

O ato de convencer poderá implicar apenas uma construção da linguagem não-verbal, por exemplo, ao passo que o ato de persuadir implicará meios artísticos pela construção retórica, admitindo não toda a comunicação, mas uma construção linguística mais bem elaborada, afinal “para se falar bem, é necessário pensar bem (...) e o pensar bem pressupõe, não só ter ideias e tê-las lógicas e esteticamente arrumadas, mas também ter um estilo de vida, um viver em conformidade com o que se crê” (ALEXANDRE JÚNIOR, 2005, p. 25). A ideia corrobora perfeitamente os aspectos que serão futuramente analisados, no tocante à construção verbal do enunciador político.

Tendo em conta o que foi dito acima, sobre o modo de persuadir, Adam destaca o fato de o grau de responsabilidade enunciativa, numa proposição enunciada, ser marcado por um grande número de unidades da língua. Estas, por sua vez, poderão ser muitas, e por esta razão, o autor destaca apenas oito categorias⁹, nomeadamente (1) os índices de pessoas; (2) os deíticos espaciais; (3) os tempos verbais; (4) as modalidades; (5) os diferentes tipos de representação da fala; (6) as indicações de quadros mediadores; (7) os fenômenos de modalização autonímicas e (8) as indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados. Algumas destas categorias servirão, portanto, para identificar a forma como os enunciados são proferidos no discurso do gênero de texto – DTP – como será visto mais à frente.

Para além da questão da responsabilidade enunciativa, Adam (2010, p. 161) evidencia um outro fator presente na estruturação sequencial de um texto – uma sequência narrativa encaixada –, onde narrar para explicar a verdade poderá ser uma forte intenção persuasiva de um determinado enunciador. Para Aristóteles, esta questão da narrativa encaixada consiste no que ele próprio considerou como exemplo paradigma. Neste sentido de análise, é pertinente pensarmos como também como age um político, através do que se denomina implícito.

COMO PERSUADIR, ATRAVÉS DO IMPLÍCITO?

Em virtude do que foi falado no ponto anterior, vale salientar que, em textos que circulam no meio social (no nosso caso, textos de tipo político), são perfeitamente passíveis de interpretação por parte do receptor da mensagem. Trata-se, aqui, dos conteúdos implícitos, que para Ducrot (1972, p. 173), são divididos em pressuposto e subentendido, através dos quais se poderão desenvolver algum tipo de inferência no enunciado. Este tipo de inferência ou trabalho interpretativo, consoante o pensamento da autora Kerbrat-Orecchioni (1996, cap. 4), consiste em combinar as informações extraídas do enunciado com determinados elementos contextuais e, por esta razão, para se conseguir

⁹ Para a análise do *corpus* deste trabalho, não serão completamente evidenciadas as oito categorias detalhadas por Adam (2011: 117).

uma representação semântico-pragmática coerente do enunciado, por parte do destinatário, é necessária a intervenção da lógica natural e das máximas conversacionais, que, segundo Grice (1979, in Charaudeau & Maingueneau, 2012), “todo ser racional implicado em uma troca comunicativa age de acordo com um princípio muito geral, dito princípio de cooperação”.

Na verdade, a linguagem humana é o lugar de sua transformação no mundo ao nível discursivo, que se faz por meio de interações sociais, constituição de identidades e negociação de sentidos do texto e tudo isso com a participação ativa dos interlocutores. Nesse sentido, todo processo de leitura pressupõe uma troca de informações, uma interação por intermédio de operações estratégicas usadas para a decifração de conteúdos subentendidos.

Consideremos, aqui, o autor Oswald Ducrot que tratou a questão do implícito, na medida em que é necessário entender que quase sempre, por detrás de um determinado código linguístico, segundo ele, poderá haver significações muitas vezes não ditas pelo locutor do discurso. Será possível para o locutor reduzir sua responsabilidade sobre aquilo que de fato querará dizer. O autor destaca que “le problème général de l’implicite (...) est de savoir comment on peut dire quelque chose sans accepter pour autant la responsabilité de l’avoir dit, ce qui revient à bénéficier à la fois de l’efficacité de parole et de l’innocence du silence” (DUCROT, 1972: 12).

Quando se tenta dizer algo, mas implicitamente, pode-se afirmar que um determinado locutor tentará, através de um enunciado, dizer algo que possa beneficiá-lo, e isto inclui, também, ancorar-se na fala do outro (cf. polifonia – Ducrot, 1972). Em outros termos, pode-se afirmar que um determinado produtor da mensagem poderá usar, como estratégia argumentativa: a recorrência à fala de Outro(s) em favor de suas próprias ideias, revelando aquilo que se chama implícito. O texto que foi escolhido para análise, neste artigo, possibilita-nos compreender toda a dimensão teórica, acima, referenciada.

ANÁLISE DO DTP DO EX-PRESIDENTE LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

Primeiramente, seria importante entendermos o contexto histórico biográfico do ex-presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva, mais conhecido por Lula, que nasceu em Caetés, estado do Pernambuco, no ano de 1945, vindo ele de uma família extremamente humilde. É político, ex-sindicalista e ex-metalúrgico e por liderar greves na década de 70 e 80, foi preso sob o regime militar da época. Segundo o site do Instituto Lula, ainda jovem foi torneiro mecânico e logo ingressou em movimentos sindicalistas dos quais foi ele presidente já aos 30 anos de idade. Depois de liberto de uma prisão devido a sua participação a movimentos grevistas, ele retoma às atividades sindicais e políticas e funda, por sua vez, o Partido dos Trabalhadores (PT), considerado, na época, o mais importante partido político da redemocratização. A partir da década de 1990, resolve se candidatar à presidência da República do Brasil, e, após três campanhas eleitorais frustradas, foi finalmente eleito em 27 de novembro de 2002. Neste contexto político, Lula pronunciou-se, através de um discurso de posse, no dia 01 de janeiro de 2003, discurso este que será, aqui, analisado, tendo em conta os objetivos deste trabalho.

MUDANÇA... A ESPERANÇA FINALMENTE VENCEU O MEDO: A CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO DE POSSE

Vejamos, primeiramente, de forma mais completa, o excerto do discurso que ressalta a questão da “mudança” para que se possam explorar as marcas linguísticas em função também das questões de ordem contextuais (situacionais):

“Mudança”: esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança, finalmente, venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo (...) do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária (...). Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar.

Uma das questões que foram observadas no início do discurso do presidente Lula foi a enfática demonstração enunciativa da escolha de “mudança” de governo pelo povo brasileiro. O enunciador evidencia uma espécie de mote (intencionalmente) na forma de um substantivo – “mudança” – com o intuito de fazer o enunciatário recordar o antigo modelo político que atrasou o crescimento social do país (“...um modelo que em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome...”). O presidente intenciona, portanto, persuadir o receptor da mensagem a perceber que tomou a decisão política mais sensata, afinal, foi por esta razão que o povo brasileiro o elegeu presidente da república: porque a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.

Mas por que a palavra “mudança” carrega, assim, um valor semântico tão profundo no discurso do ex-presidente Lula? Na verdade, consoante o período a seguir, o povo conseguiu vencer o medo, em favor da esperança (“A esperança, finalmente, venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.”). Há, nessas proposições enunciadas, um ‘implícito’ que traduz um contexto político no que toca à vida do presidente Lula, de maneira que após passar por três derrotas eleitorais, venceu as eleições presidenciais do ano de 2002, o que de fato marcou um momento histórico na vida do povo brasileiro.

Não obstante a suas ideias políticas de teor comunista (o que sempre provocou “medo” na sociedade), o presidente Lula muda o seu discurso político¹⁰, em toda a sua campanha, com o intuito de conquistar a confiança dos eleitores. Seria necessário construir um novo ethos político, em função da sua nova identidade social e discursiva para que essa nova imagem não causasse quaisquer constrangimentos à sociedade brasileira, senão vontade de ‘mudar’ para se ter esperança, como ele próprio ressalta em seu discurso de tomada de posse.

¹⁰ Após as referidas três derrotas eleitorais, Lula opta por mudar o seu discurso (considerado como radical) para um discurso mais moderado, o que proporcionou-lhe um *ethos* político mais condizente com as expectativas da sociedade brasileira, na época, conquistando, portanto a confiança da classe média e do empresariado. Assim, tem-se uma imagem produzindo um *ethos* cujo *pathos* é de facto pertinente ao que propõe o discurso do ex-presidente acima supracitado.

UMA NOVA IDENTIDADE DISCURSIVA EM FUNÇÃO DE UM NOVO ETHOS: O “FOME ZERO” E A “REFORMA AGRÁRIA”

Um dos maiores pilares das campanhas políticas do presidente Lula foi, de fato, o programa Fome Zero e a questão da reforma agrária no Brasil. Em todas as suas campanhas presidenciais anteriores, o seu discurso era envolto na questão da divisão de terras para quem precisasse plantar e desenvolver uma agricultura de subsistência. Na realidade, nunca foi um projeto político¹¹ apreciado pelos latifundiários que, assombravam-se com a possibilidade de ter parte de suas propriedades tomadas pelo governo para serem concedidas aos pequenos agricultores.

Em virtude do contexto político supracitado, vejamos, no próprio discurso de posse do então presidente, a forma como ele mudou o seu discurso sobre a questão da reforma agrária, em função de um ethos que tenta evidenciar um político de palavras mais moderadas, diferentemente daquele homem sindicalista de outros tempos, cujo discurso era de teor mais agressivo:

(...) Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim.

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivos de sobra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de Fome Zero. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

O primeiro ponto a ser considerado, consoante a esta perspectiva de análise a que foi submetida, é o fato de o enunciador, a princípio, levantar uma questão de origem histórica (Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome). Há aqui, uma intenção persuasiva no sentido de mostrar que, desde o princípio da história agrária do Brasil, ainda que, com um grande desenvolvimento no que toca à agricultura, não se pôde vencer a fome. Portanto o problema maior do país, segundo o presidente Lula (ele deixa implícito), não é o fato de se ter ou não riquezas, mas é o fato de saber ou não distribuí-las, algo que ele próprio não teria problemas em equacionar, uma vez que definiu como prioridade em seu governo erradicar a fome no país, através de um programa chamado “Fome Zero”. Aliás, conforme o discurso do ex-presidente Lula, se todos os brasileiros, ao final do seu mandato, *tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar*, terá ele cumprido a missão de sua vida. Um ethos bastante conveniente para um país que exigiu “mudança”, perdeu o medo do “novo”, pleiteando a esperança de um ‘novo governo’ que, certamente, seria diferente dos anteriores (algo que o enunciador deixa implícito em seus enunciados, neste discurso de posse presidencial).

¹¹ Este projeto relativo à reforma agrária surgiu em 1984 com o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – através do qual foi questionado o fato de o Brasil possuir tantos latifúndios cujas posses eram destinadas a um pequeno grupo de poderosos como era no Brasil-colônia.

A RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA – O POVO TAMBÉM GOVERNA

Um dos modos de argumentação com o objetivo de persuadir, num discurso de tomada de posse, é a produção de enunciados nos quais estejam evidenciadas outras vozes que não interagem no processo discursivo, mas que são convocadas a participar ideologicamente das intenções do enunciador político. Vejamos, portanto, a questão da responsabilidade enunciativa nas sequências a seguir:

(...) carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças (...) O pacto social será igualmente decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, a reforma tributária, a reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária (...) Estamos em um momento ...em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais jovens, estão imanados em um mesmo propósito de contribuir para que o país cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.

Observemos como a intenção persuasiva do enunciador não é outra, senão a de convocar a sociedade para, juntamente com ele, assumir a responsabilidade de desenvolver os projetos governamentais, projetos estes que são reivindicados pela própria sociedade e que ele, como líder político, comprometeu-se a realizar, em sua campanha. Há, ainda, um momento em que o ex-presidente Lula detalha quem fará o tal pacto social rumo ao desenvolvimento: o empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores. Para além das organizações do Estado, aqui citadas, o presidente ainda convoca o próprio povo, nomeadamente os homens, as mulheres, os mais jovens no sentido de que estes também deverão assumir a responsabilidade de desenvolver as propostas governamentais, afinal, a tão sonhada “mudança”, que desde o princípio serviu de mote em seu discurso, só poderá ser concretizada com este pacto social o qual é considerado pelo enunciador como decisivo para a viabilização das reformas (O pacto social será igualmente decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer).

Este pacto social decisivo pressupõe um implícito de que o povo deverá não só participar das questões inerentes à nação, mas precisamente deverá governar para que seja governado, afinal em grande parte do discurso do ex-presidente Lula, o que nos pareceu bastante claro é o facto de que não poderia haver governança sem que o povo também governasse. Há apelos, ao nível linguístico, como os lexemas afetivos (“enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã...”), que implicam uma certa cumplicidade do enunciador para com o enunciatário. Luís Inácio Lula da Silva deixa evidente uma interação entre ele e o povo, na medida em que o ethos é esclarecidamente indissociável do pathos, num discurso programado, feito de um homem do povo para o povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto nevrálgico da proposta deste artigo é destacar/abordar questões relativas ao nível microlinguístico e também macrolinguístico. Significa dizer que o uso da língua, bem como os valores contextuais/situacionais e ideológicos são uma constante, quando se analisa um determinado gênero de texto. Os elementos referenciados no corpo deste trabalho, nomeadamente ethos, pathos, RE e implícito são aqueles que coadunam com os valores argumentativos do DTP do ex-presidente Lula. Um texto, caracterizado linguisticamente por códigos, é, na verdade, a constituição gráfica de enunciados com seus respectivos elementos, que, para Adam (2011), vai desde a palavra ao período, mas que revela um grau relevante de inferências ao nível discursivo.

Argumentar com o objetivo de persuadir é, na realidade um forte traço em textos de cunho político, que não dispensa a troca comunicativa. Reproduzindo as palavras de Grice (1979, in CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2012), já citado no desenvolvimento do trabalho, “todo ser racional implicado em uma troca comunicativa age de acordo com um princípio muito geral, dito princípio de cooperação”. Neste artigo, vimos que um discurso de tomada de posse (presidencial) propõe não só esta ação interativa entre interlocutores, mas também um conjunto de fatores que revelam, por parte do enunciatador, a intenção de persuadir o Outro a uma determinada ideia política.

REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. **A linguística textual**: Introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Análises textuais e discursivas**: metodologias e aplicações (orgs) Heidmann, U., Maingueneau, D.; Soares Rodrigues, M. das G., Neto, J. G. da S., Passegi, L. São Paulo: Cortez, 2010.

ALEXANDRE, JR. M. **Argumentação Retórica em Fílon de Alexandria**. Lisboa: Instituto Nacional de investigação científica, 1990.

AMOSSY & PYERROT. **O lugar da argumentação na análise do discurso**: abordagens e desafios contemporâneos. Universidade de Tel-Aviv. Tradução de Adriana Zavaglia, 2001.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse, Alberto e Abel do Nascimento Pena. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

ASCOMBRE, J.C. & DUCROT, O. **L'argumentation dans la langue**. 2ª ed. Pierre Mardaga editeur, 1988.

CHARAUDEAU, P. & Maingueneau, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. Tradução Fabiana Komseu. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CHARAUDEAU, P. “Identidade Social e identidade discursiva: o fundamento da competência comunicacional”. In Pietrolongo (org.) **O trabalho da tradução**, Rio de Janeiro, 2009.

COUTINHO, M. A. **Texto(s) e competência textual**. Lisboa: FCG, 2003.

DANBLON, E. **La justification argumentative**. Vers une théorie de la rationalité, ULB, 2001.

DUCROT, O. **Dire et ne pas dire**. Herman, Paris, 1972.

KERBRAT-ORECCHIONI. C. **L'implicite**, Paris, Armand Colin, 1996.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2005.

MARQUES, M. A. **A voz dos outros no parlamento**. Lisboa: Universidade do Minho, 2007.

PERELMAN, CH. & OLBRECHTS-TYTECA, L. **Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique**. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1958.

Webgrafia

www.institutolula (15-01-2015)